



**XXII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(14/07/2007)**

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Utilize exclusivamente caneta de tinta azul ou preta.
2. A identificação da prova implicará na eliminação do candidato.
3. Eventual rascunho não será considerado para atribuição de nota. Caso deseje se valer de rascunho, utilize as folhas finais do próprio caderno de respostas.
4. É vedada a utilização de legislação comentada ou anotada, facultando-se, no entanto, a consulta a Súmulas, Orientações Jurisprudenciais, Precedentes Normativos e legislação. Em nenhuma hipótese poderá o candidato valer-se de material de outrem.
5. Não é permitida a utilização de quaisquer tipos de **corretivos** e, na hipótese de erro, o candidato **deverá utilizar a palavra "digo"**, não podendo, em qualquer circunstância, riscar o texto errado.
6. O prazo de quatro horas para a elaboração da prova em hipótese alguma será prorrogado e o candidato somente poderá retirar-se da sala após a segunda hora do início, podendo levar o seu caderno de questões.
7. As questões deverão ser respondidas, no máximo, em 40 (quarenta) linhas.

BOA SORTE!



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**XXII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO
TRABALHO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª
REGIÃO.**

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (2ª FASE)

1. Em 02.02.2006, a empresa “A”, uma multinacional de renome, ofereceu ao seu empregado “B”, um alto executivo, a compra de ações de seu capital, a um valor unitário de R\$1,00, equivalente a 50% de seu valor de mercado, podendo as mesmas serem negociadas somente após um ano (02.02.2007). “B” aceitou tal proposta e, um ano depois, obteve um excelente lucro, uma vez que negociou cada ação da empresa “A” a um valor de R\$4,89. Esta prática é denominada de “stock option”.

Em 20.06.2007 “B” foi demitido e, logo em seguida, propôs ação trabalhista em face de “A” alegando que referido lucro obtido com a venda das ações tinha natureza remuneratória, pois a oferta de ações da empresa era feita apenas aos funcionários ocupantes de altos cargos e que atingiam determinadas metas em sua área de atuação, e a valores subsidiados. Em decorrência, postulou a integração de tal valor em todas as verbas trabalhistas, especialmente nas de caráter rescisório, com o pagamento dos reflexos respectivos.

Pergunta-se:

A pretensão de “B” procede ou não? Por que?

2. À luz da Lei 8.009, de 29.03.1990, o indivíduo solteiro pode ter o imóvel em que reside penhorado? E a garagem de apartamento, com matrícula própria, destinado à residência da família, pode ser penhorada?

3. O prefeito do município de Belfast do Agreste exonerou, *ad nutum*, um ocupante de cargo em comissão, alegando *déficit* orçamentário. Na semana seguinte, nomeou novo ocupante para o mesmo cargo, com os mesmos vencimentos. Inconformado, o trabalhador ingressou em juízo postulando a nulidade da demissão e sua conseqüente reintegração na função. Como deve ser solucionada a questão, à luz do direito administrativo?

4. Após trabalhar por cinco anos para a empresa "X", João foi demitido sem justa causa.

Em razão de desentendimentos pessoais, estranhos ao ambiente de trabalho, Pedro, chefe do departamento de recursos humanos, passou a fornecer informações desabonadoras sobre a conduta profissional de João, a todas as empresas que buscavam referências profissionais do mesmo.

Apesar do sucesso nas entrevistas preliminares, João não conseguia nova colocação no mercado de trabalho. Então, percebeu que sofria perseguição do antigo empregador.

Em decorrência, solicitou a sua irmã que telefonasse para a empresa "X" e se apresentasse, falsamente, como empregada de outra empresa, e gravasse a conversa, onde Pedro realmente difamou João, dizendo ser ele um péssimo empregado, além de desonesto.

Em juízo, João postulou a reparação civil pelo dano que as falsas informações lhe acarretaram e juntou aos autos a gravação realizada.

Pergunta-se:

Deve o juiz acolher como prova válida e legal a gravação da conversa realizada entre a irmã do autor e a empresa reclamada?

Discorra sobre a matéria à luz da teoria da licitude da prova, do disposto no artigo 5º, LVI, da Constituição da República e dos artigos 332 e 405, § 2º, inciso I, do CPC.

5. É permitida a dispensa imotivada de empregado no período de gozo de auxílio-doença? E se o início do benefício previdenciário ocorreu no curso do aviso prévio indenizado? O empregado dispensado em tais condições fará jus à reintegração no emprego? Durante o período de afastamento previdenciário fluirá o prazo prescricional para postular verbas trabalhistas em juízo?

6. As condições da ação sofrem alguma influência do direito material? O que são institutos bifrontes, à luz da doutrina processual contemporânea? Exemplifique.

7. O que são condutas anti-sindicais? Quais as conseqüências de sua caracterização?

8. Empresa nacional de grande porte resolve implementar um “plano de demissão voluntária”, para reduzir 1.000 postos de trabalho. Na primeira fase do plano, 800 empregados aderiram.

Para os duzentos restantes, a empresa propôs um aumento de 50% da indenização originariamente oferecida, fato que levou à adesão de mais 190 empregados.

Na terceira fase do plano, a empresa chamou os dez restantes e os esclareceu que, se não aderissem ao plano proposto, seriam dispensados imotivadamente, exceto em relação a um deles, a quem foi dito que seria transferido para uma longínqua cidade do interior, de um outro Estado da Federação. Diante disso, todos aderiram ao aludido plano.

Pergunta-se:

a.) Houve vício de consentimento nas rescisões contratuais acima noticiadas?

b.) Proposta ação trabalhista, é devida a diferença de 50% para os empregados que aderiram ao primeiro plano da empresa ?

9. O MM. Juiz do Trabalho de Belfort do Agreste proferiu sentença exclusivamente com fundamento em súmula editada pelo C. TST. A parte sucumbente interpôs recurso ordinário e, com base no parágrafo primeiro do artigo 518 do CPC, o MM. Juiz *a quo* indeferiu o processamento daquele.

Pergunta-se:

a.) Referido dispositivo legal é extensivo ao TST ? Por que?

b.) Tal parágrafo é inócuo ou não, ante a existência do artigo 557 do CPC?

c.) Se a súmula que fundamenta aquela sentença ensejar interpretações diversas, pode ser causa de impedimento do processamento do recurso?

10. O sistema de contratação de deficientes por cotas vai de encontro a princípios constitucionais?